



FIBONACCI  
ENGENHARIA E MEIO  
AMBIENTE



**PLANO DE  
TRABALHO**

# **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

PREFEITURA DE BURITI DE GOIÁS



**2025**



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	JUSTIFICATIVA .....	5
3	CONTEÚDO DE CADA PRODUTO DO PMSB .....	6
3.1	Produto 01 - Plano de Trabalho e de Mobilização Social.....	6
3.2	Produto 02 - Diagnóstico Técnico Participativo .....	8
3.3	Produto 03 – Prospectiva e Planejamento Estratégico e Plano de Execução .....	15
3.4	Produto 04 - Programas, Projetos e Ações para Emergências e Contingências e Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática e Controle Social do PMSB (Indicadores de Desempenho) .....	17
3.5	Produto 05 – Ações para Emergências e Contingências.....	19
3.6	Produto 06 – Sistema de Informações .....	20
3.7	Produto 07 – Minuta de Lei .....	21
3.8	Produto 08 - Audiência Pública e Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico .....	22
4	PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL .....	25
4.1	Princípios Norteadores.....	25
4.2	Contexto Socioeconômico do Município de Buriti de Goiás .....	26
4.2.1	Dados Históricos .....	26
4.2.2	Panorama Geral do Município de Buriti de Goiás .....	27
4.2.1	Dados Preliminares do Saneamento Básico em Buriti de Goiás .....	28
5	PROPÓSITO DA MOBILIZAÇÃO.....	29
5.1	Objetivo Geral.....	29
5.2	Objetivos Específicos .....	29
5.3	Atores Sociais .....	30
6	PLANO DE AÇÃO .....	30



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

7	UNIVERSO DO PLANO .....	32
7.1	Público-Alvo .....	32
8	FASE INICIAL DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL .....	33
8.1	Comitês de Coordenação e Execução .....	33
8.2	Reunião Técnica (via Google Meet) .....	33
9	METODOLOGIA E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS .....	34
9.1	Audiência Inicial .....	35
9.2	Audiência Pública Final .....	36
9.3	Visitas Técnicas .....	37
9.4	Procedimentos Metodológicos .....	38
10	INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO .....	38
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	41
12	REFERÊNCIAS .....	42

---



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

### Lista de Abreviaturas e Siglas

<b>CNES</b>	- Nacional de Estabelecimentos de Saúde
<b>EPI</b>	- Equipamento de Proteção Individual
<b>ETA</b>	- Estação de Tratamento de Água
<b>ETE</b>	- Estação de Tratamento de Esgoto
<b>FUNASA</b>	- Fundação Nacional de Saúde
<b>IBGE</b>	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	- Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IDHM</b>	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>GO</b>	- Goiás
<b>NBR</b>	- Norma Brasileira
<b>PIB</b>	- Produto Interno Bruto
<b>PMS</b>	- Plano de Mobilização Social
<b>PMSB</b>	- Plano Municipal de Saneamento Básico

### Lista de Tabelas

TABELA 1 - CRONOGRAMA PARA A EXECUÇÃO DO PMSB DE BURITI DE GOIÁS.	24
---	----

### Lista de Figuras

FIGURA 1: COMPONENTES DO PRODUTO 5.	20
FIGURA 2: FLUXO GERAL DE PLANEJAMENTO DO SETOR DE SANEAMENTO. ....	26
FIGURA 3: MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE - GO. ....	28
FIGURA 4: FLUXOGRAMA DA AUDIÊNCIA INICIAL. ....	35
FIGURA 5: FLUXOGRAMA DA AUDIÊNCIA FINAL. ....	37
FIGURA 6: EXEMPLO DE CONVITE DIGITAL. ....	39
FIGURA 7: EXEMPLO DE CONVITE DIGITAL. ....	39



## 1 INTRODUÇÃO

O presente documento corresponde ao Plano de Trabalho referente ao Contrato nº 221/2025 para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do Município de Buriti de Goiás, firmado entre a Prefeitura Municipal e a empresa Fibonacci Engenharia e Meio Ambiente Ltda.

Esse Plano de Trabalho visa expor as definições e partes dos trabalhos, respectivos à elaboração do PMSB que serão realizadas ao longo de 12 (doze) meses. Os serviços deverão contemplar todo o território do município, considerando a zona urbana e rural, contemplando as quatro importantes vertentes da área de saneamento que são: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

A construção do Plano de Trabalho e do Plano de Mobilização Social ocorre na fase inicial do processo do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), em que são planejados todos os procedimentos, estratégias, mecanismos e metodologias que serão aplicados ao longo de todo o período de desenvolvimento do PMSB, visando garantir a efetiva participação social.

A participação da sociedade nesse processo é de extrema importância, já que o PMSB deve ser elaborado com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos. O PMSB fundamenta os objetivos do município atendendo às necessidades das atuais e futuras gerações no que diz respeito aos serviços, à infraestrutura e às instalações operacionais de Saneamento Básico.

Embora fortalecida, institucionalizada e requerida como condicionante ao andamento de inúmeros projetos, a participação social está longe de ser um processo espontâneo, no sentido de bastar a intenção do poder público e a disponibilidade de uma metodologia para que o processo ocorra. Sem o interesse (conscientização/mobilização) e capacitação dos protagonistas principais (a sociedade) para participar das decisões do poder público, a iniciativa está fadada ao status de cumprimento de disposições legais, como por exemplo, a realização de consultas previstas em legislação específica e/ou disposições contratuais.

É preciso considerar que o interesse da comunidade em se mobilizar para participar de um processo está intrinsecamente relacionado ao seu interesse pelo tema sobre o qual é chamada a participar. Tal interesse costuma ser maior ou menor dependendo das interferências do saneamento básico diretamente em seu cotidiano. Tradicionalmente tais interesses estão





## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

subjacentes aos impactos favoráveis e desfavoráveis de uma determinada ação no cotidiano de um cidadão.

Dessa forma, este produto, denominado Plano de Trabalho e Plano de Mobilização Social, parte integrante do edital de licitação do município de Buriti de Goiás para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), retrata sobre todos os procedimentos, estratégias, mecanismos e metodologias que serão aplicados ao longo de todo o período de elaboração do PMSB, visando garantir a efetiva participação social.

O diagnóstico e o planejamento, assim como os eventos sociais, contemplarão toda a zona urbana e rural do município, com uma audiência inicial de apresentação do PMSB e uma audiência final.

Serão considerados como instrumentos norteadores do trabalho os conteúdos definidos na Lei Federal nº 11.445/2007, no Decreto Federal nº 7.217/2010, na Lei Federal nº 12.305/2010, no Decreto Federal 7.404/2010, na Lei Federal nº 14.026/2020 e na Resolução Recomendada nº 75/2009 do Conselho das Cidades.

## 2 JUSTIFICATIVA

Aprovada em janeiro de 2007, a Lei Federal nº 11.445/07 estabelece diretrizes nacionais para o setor de saneamento no Brasil. Nesta Lei, o conceito de saneamento básico foi ampliado para abranger não apenas o abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário, mas também a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais urbanas (Brasil, 2007).

Com a aprovação da Lei Federal nº 11.445/07, o setor de saneamento passou a ter um marco legal e contar com novas perspectivas de investimento por parte do Governo Federal, baseado em princípios da eficiência e sustentabilidade econômica, controle social, segurança, qualidade e regularidade, buscando fundamentalmente a universalização dos serviços, de modo a desenvolver nos municípios o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

Com a promulgação do Decreto nº 7.217/2010 houve a determinação de que a partir de 2018, os municípios só receberiam os recursos da União, destinados a investimentos no saneamento básico, se elaborarem o PMSB. Buscando, assim, se tornar referência para se obter o financiamento valorizando o bom uso dos recursos públicos, pelo planejamento e controle social, e objetivando viabilizar os recursos, por meio de metas e cronogramas para os referidos investimentos, reduzindo incertezas e riscos em realizar a Política Municipal (Brasil, 2018).



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Assim, o plano deve ser um instrumento de interação com outros planos setoriais já existentes, como o Plano Diretor Municipal, Lei de Uso e Ocupação do solo, Planos de Segurança da Água, Planos Plurianuais, etc., para uma melhor operacionalização e melhor planejamento das ações.

### 3 CONTEÚDO DE CADA PRODUTO DO PMSB

#### 3.1 Produto 01 - Plano de Trabalho e de Mobilização Social

Após a assinatura do contrato de prestação de serviços, acontece a deliberação do início das atividades de elaboração do PMSB do Município de Buriti de Goiás – GO. O comitê gestor municipal e o grupo executivo serão definidos pelo contratante, como também os documentos de constituição destes.

O Comitê Gestor Municipal é de suma importância para o início e desenvolvimento do Plano e tem como responsabilidade discutir as diretrizes e acompanhar o desenvolvimento das etapas. O grupo executivo possui o papel de auxiliar o comitê gestor municipal.

O Comitê Gestor Municipal é a Instância consultiva e deliberativa, formalmente, responsável pela condução da elaboração do Plano e constituída por representantes com função dirigente das instituições do Poder Público Municipal relacionada ao saneamento ambiental, bem como representantes de organizações da Sociedade Civil.

As atribuições do Comitê supracitado são: discutir e avaliar, sempre que necessário; criticar e sugerir alternativas; auxiliar no trabalho de elaboração do Plano; avaliar o andamento dos trabalhos do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental; Instância responsável também pela operacionalização do processo de elaboração do Plano; incluir técnicos dos órgãos municipais de saneamento básico e afins ao tema.

Neste Plano de Mobilização Social (PMS) serão descritos e apontados os procedimentos, estratégias de divulgação dos eventos que serão realizados junto à população, comitês e delegados, como faixas e carro de som, para divulgação das audiências, visando atender ao inciso IV, do art. 3º, da Lei Federal nº 11.445, de 2007.

A participação social é instrumento de eficácia da gestão pública e do aperfeiçoamento contínuo das políticas e serviços públicos. Pressupõe a convergência de propósitos, a resolução de conflitos, o aperfeiçoamento da convivência social, a transparência dos processos decisórios e o foco no interesse da coletividade. Assim, o plano definirá a metodologia, mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

no processo da formulação da política, do planejamento e da avaliação relacionados aos serviços de saneamento básico.

A efetiva participação social pressupõe o envolvimento dos vários atores sociais e segmentos intervenientes, com busca da convergência dos seus múltiplos anseios em torno de consensos no interesse da sociedade.

Para a efetividade da Mobilização Social, o município será organizado em setores de mobilização, planejados a partir das localidades adensadas, conforme estabelecido pelo contratante, para promover a presença e participação da maior parcela da população interessada, tanto urbana quanto rural, nos eventos previstos.

Assim, o Plano de Mobilização Social detalhará o planejamento de cada ação de mobilização com as definições de objetivos, metas e escopo de mobilização, com:

- Disponibilidade de infraestrutura em cada setor de mobilização para a realização dos eventos;
- Estratégias de divulgação da elaboração do PMSB;
- Metodologia pedagógica da audiência, utilizando instrumentos didáticos com linguagem apropriada, abordando os conteúdos sobre os serviços de saneamento básico;
- Cronograma de atividades.

O Plano de Mobilização Social será elaborado de acordo com as seguintes diretrizes:

- Refletir as necessidades e anseios da população;
- Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social;
- Sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e conservação dos recursos naturais;
- Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental;
- Estimular a criação de novos grupos representativos da sociedade não organizada.

A comunicação social viabilizará a coleta de informações e opiniões atualizadas junto à população quanto ao seu conhecimento sobre a necessidade desses planos municipais, onde os cidadãos deverão estar de comum acordo quanto às suas necessidades e respectivas responsabilidades.





## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O PMS apresenta o planejamento de todos os procedimentos, estratégias, mecanismos e metodologias que serão aplicados ao longo de todo o período de elaboração do PMSB (FUNASA, 2012).

Nesta etapa de mobilização, são feitas reuniões públicas a serem realizadas para escutar as insatisfações e anseios da população quanto ao saneamento básico municipal. Durante a elaboração do PMSB de Buriti de Goiás serão realizadas duas audiências nos setores de mobilização, a audiência inicial que explicará a importância do plano e ouvirá os cidadãos e, a audiência final que mostrará o plano realizado e explanará todas as partes do PMSB.

Além dessa metodologia, apresenta um resumo da realidade socioeconômica e de saneamento do município, através de dados primários e secundários obtidos pelos meios de comunicação e através da disponibilização de informações e dados pela prefeitura municipal, que serão validados pelos representantes da Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás – GO.

### 3.2 Produto 02 - Diagnóstico Técnico Participativo

A situação atual do saneamento básico no Município de Buriti de Goiás – GO é caracterizada nesta fase, a qual envolve o diagnóstico dos quatro componentes principais do saneamento e aspectos socioeconômicos e gerais relevantes, para a compreensão e análise do impacto nas condições de vida da população. Dessa forma, o município pode ser avaliado e as demais fases de elaboração do PMSB são desenvolvidas.

Tendo em vista atender aos objetivos propostos, como parte do documento final do PMSB, o documento entregue nesta fase estará estruturado com os seguintes tópicos principais:

- **Aspectos Socioeconômicos, Culturais e Ambiental**
  - a. Caracterização da área de planejamento (área, localização, distância entre a sede municipal e municípios da região, da capital do estado e entre distritos e sede municipal, dados de altitude, ano de instalação, dados climatológicos, evolução do município e outros);
  - b. Densidade demográfica (dados populacionais referentes aos últimos censos, estrutura etária, etc.);
  - c. Descrição dos sistemas públicos existentes (saúde, educação, segurança, comunicação, etc.) e das fontes de informação;
  - d. Identificação e descrição da infraestrutura social da comunidade (postos de saúde, igrejas, escolas, associações, cemitérios, etc.);



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

- e. Identificação e descrição da organização social da comunidade, grupos sociais que a compõem, como se reúnem, formas de expressão social e cultural, tradições, usos e costumes, relação desses usos e costumes com a percepção de saúde, saneamento básico e meio ambiente;
- f. Descrição de práticas de saúde e saneamento;
- g. Identificação das principais carências de planejamento físico-territorial que resultaram em problemas evidentes de ocupação territorial desordenada
- h. Informações sobre a dinâmica social, onde serão identificados e integrados os elementos básicos que permitirão a compreensão da estrutura de organização da sociedade e a identificação de atores e segmentos setoriais estratégicos a serem envolvidos no processo de mobilização social para a elaboração e a implementação do plano;
- i. Descrição do nível educacional da população, por faixa etária;
- j. Descrição dos indicadores de educação;
- k. Identificação e avaliação da capacidade do sistema educacional, formal e informal, em apoiar a promoção da saúde, qualidade de vida da comunidade e salubridade do município;
- l. Identificação e avaliação do sistema de comunicação local, as formas de comunicação próprias geradas no interior do município e sua capacidade de difusão das informações sobre o plano à população da área de planejamento;
- m. Descrição dos indicadores de saúde (longevidade, natalidade, mortalidade e fecundidade);
- n. Descrição dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade;
- o. Porcentagem de renda apropriada por extrato da população;
- p. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH;
- q. Índice nutricional da população infantil de 0 a 2 anos;
- r. Caracterização físicas simplificada do município, admirando: aspectos geológicos, pedológicos, climatológico, recursos hídricos, incluindo águas subterrâneas e fitofisionomia predominantes no município;
- s. Caracterização das fontes de renda predominantes (agricultura, pecuária, indústria, etc);
- t. Apontamento das principais Indústrias.



- **Infraestrutura de Abastecimento de Água**
  - a. Análise crítica dos planos diretores de abastecimento de água da área de planejamento, quando houver;
  - b. Descrição dos sistemas de abastecimento de água atuais. Essa descrição deverá englobar textos, mapas, projetos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam uma caracterização satisfatória do sistema;
  - c. Panorama da situação atual dos sistemas existentes, incluindo todas as estruturas integrantes: mananciais, captações, estações de tratamento, aduções de água bruta e tratada, estações elevatórias, reservação, redes de distribuição, ligações prediais, medição (micro e macromedição) e controle do sistema. Deverão ser informadas a capacidade instalada, eficiência de tratamento, custo operacional, etc.;
  - d. Deverão ser informadas as principais deficiências referentes ao abastecimento de água, como frequência de intermitência, perdas nos sistemas, etc.;
  - e. Levantamento da rede hidrográfica do município, possibilitando a identificação de mananciais para abastecimento futuro;
  - f. Consumo per capita e de consumidores especiais;
  - g. Qualidade da água bruta e do produto final do sistema de abastecimento;
  - h. Análise e avaliação do consumo por setores: Humano animal, industrial, turismo, irrigação, etc.;
  - i. Balanço hídrico entre consumos e demandas de abastecimento de água na área de planejamento;
  - j. Estrutura de consumo (número de economias e volume consumido por faixa);
  - k. Estrutura de tarifação e índice de inadimplência;
  - l. Caracterização da infraestrutura das instalações existentes;
  - m. Organograma do prestador de serviço;
  - n. Descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo);
  - o. Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento;
  - p. Indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados;
  - q. Quantificação do índice de hidrometração de água
  - r. Quantificação do índice de Perdas.



- **Infraestrutura de Esgotamento**
  - a. Análise crítica dos planos diretores de esgotamento sanitário da área de planejamento, quando houver;
  - b. Descrição dos sistemas de esgotamento sanitário atuais. Essa descrição deverá englobar textos, mapas, projetos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam uma caracterização satisfatória do sistema;
  - c. Indicação de áreas de risco de contaminação por esgotos do município;
  - d. Análise crítica a avaliação da situação atual dos sistemas de esgotamento sanitário, incluindo todas as estruturas integrantes: ligações prediais, rede coletora, interceptores, estações elevatórias, emissários, estações de tratamento de esgotos e controle do sistema. Deverá ser informada a capacidade instalada, a eficiência de tratamento, os custos operacionais, áreas atendidas por sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários, etc.
  - e. Principais deficiências referentes ao sistema de esgotamento sanitário;
  - f. Levantamento da rede hidrográfica do município, identificando as fontes de poluição pontuais de esgotamento sanitário e industrial;
  - g. Dados dos corpos receptores existentes (qualidade, vazão, usos de jusantes, etc.);
  - h. Identificação de principais fundos de vale, por onde poderá haver traçado de interceptores; potenciais corpos d'água receptores do lançamento dos esgotos; atuais usos da água do futuro corpo receptor dos esgotos; possíveis áreas para locação da ETE (estação de tratamento de esgoto);
  - i. Análise e avaliação das condições atuais de contribuição dos esgotos domésticos e especiais (produção per capita e de consumidores especiais);
  - j. Diagnóstico da existência de ligações de águas pluviais ao sistema de esgotamento sanitário;
  - k. Diagnóstico da existência de ligações domiciliares de esgoto sanitário em sistema de drenagem de águas pluviais;
  - l. Balanço entre geração de esgoto e capacidade do sistema de esgotamento sanitário existente na área de planejamento;
  - m. Estrutura de produção de esgoto (número de economias e volume produzido por faixa);
  - n. Caracterização da infraestrutura das instalações existentes;



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

---

- o. Organograma institucional do prestador de serviço;
  - p. Descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo)
  - q. Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento;
  - r. Indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados.
  - **Diagnóstico do Sistema de Drenagem e Manejo das águas Pluviais Urbanas**
    - a. Verificar a existência de Plano Diretor Municipal;
    - b. Verificar o conhecimento da legislação existente sobre parcelamento e uso do solo urbano;
    - c. Descrição do sistema de macrodrenagem (galerias, canais, etc.) e microdrenagem (rede coletora, bocas de lobo e órgãos acessórios) existentes e atualmente empregados na área de planejamento. Esta descrição deverá estar acompanhada por um esboço georreferenciado dos principais lançamentos da macrodrenagem, desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam o entendimento dos sistemas em operação e abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:
      - i. Caracterização física da área urbana: Geomorfologia, Pedologia, Climatologia, Hidrografia;
      - ii. Legislação municipal pertinente: aspectos jurídicos e legais;
      - iii. Dados técnicos: Infraestrutura e serviços públicos, estudos existentes, dados hidrometeorológicos;
      - iv. Inventário fotográfico das áreas críticas urbanas;
      - v. Mapas para o estudo da área urbana, pontos de relevância para elaboração do plano (pontes, estreitamentos de canais, alargamentos, etc.), Locais com presença de erosão, assoreamento e inundações, traçado das sub-bacias urbanas;
      - vi. Estudos hidráulicos, hidrológicos e modelagem hidrológica das bacias: precipitação e vazões de projeto, áreas de contribuição, uso e ocupação do solo e áreas impermeáveis, infiltração, canalizações existentes;
      - vii. Identificação e descrição dos principais fundos de vale por onde é feito o escoamento das águas de chuva e análise da capacidade limite com elaboração de esboço georreferenciado das bacias contribuintes para a microdrenagem;
-





## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

- 
- viii. Identificar principais tipos de problemas (alagamentos, transbordamentos de córregos, pontos de estrangulamento, capacidade das tubulações insuficientes, etc.) observados na área urbana e verificar a frequências de ocorrência e a localização desses problemas;
  - ix. Proposição e análise de alternativas para a concepção dos sistemas de macrodrenagem e microdrenagem urbanas: medidas estruturais de curto, médio e longo prazos e medidas não-estruturais;
  - d. Descrição dos sistemas de manutenção da rede de drenagem;
  - e. Existência de fiscalização do cumprimento da legislação vigente;
  - f. Nível de atuação da fiscalização em drenagem urbana;
  - g. Identificar os órgãos municipais com alguma provável ação em controle de enchentes e drenagem urbana e suas atribuições;
  - h. Avaliar e verificar a separação entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário;
  - i. Verificar a existência de ligações clandestinas de esgoto sanitários ao sistema de drenagem pluvial;
  - j. Verificar a relação entre a evolução populacional, processo de urbanização e a qualidade de ocorrência de inundações;
  - k. Verificar se existem manutenção e limpeza dos sistemas de drenagem natural e artificial e a frequência com o que são feitas;
  - l. Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento;
  - m. Indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados.
- **Diagnóstico do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos**
    - a. Análise crítica dos planos diretores de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos ou planos de gerenciamento de resíduos sólidos da área de planejamento, quando houver;
    - b. Caracterização dos resíduos sólidos (urbanos, construção civil, industriais de serviço de saúde) do município com base em dados secundários, entrevistas qualificadas, e inspeções locais;
    - c. Descrição dos sistemas de varrição, acondicionamento, coleta, transporte, disposição final dos resíduos sólidos e eventuais problemas operacionais. Esta
-



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

- descrição deverá englobar desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam um perfeito entendimento dos sistemas em operação;
- d. Identificação de áreas com risco de poluição e/ou contaminação por resíduos sólidos;
  - e. Identificação da atuação do poder público para o atendimento adequado da população;
  - f. Produção per capita de resíduos sólidos e de atividades especiais;
  - g. Caracterização da infraestrutura das instalações existentes;
  - h. Levantamento das práticas atuais e dos problemas existentes associados à infraestrutura dos sistemas de limpeza urbana;
  - i. Caracterização das atividades dos catadores, se houver;
  - j. Organograma institucional do prestador de serviço;
  - k. Descrição do corpo funcional (número de servidores por cargo) e identificação de possíveis necessidades de capacitação, remanejamento, realocação, redução ou ampliação da mão-de-obra utilizada nos serviços;
  - l. Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento;
  - m. Apresentar os indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados;
  - n. Identificação e avaliação dos programas de educação em saúde e mobilização social;
  - o. Identificação da existência de programas especiais (reciclagem de resíduos da construção civil, coleta seletiva, compostagem, cooperativas de catadores, entre outros).

O Produto 02 será iniciado após recebimento e aprovação do Produto 01 pelo Grupo Executivo e será elaborado pelos profissionais da equipe que possuam qualificação para os dois eixos do saneamento básico, conforme suas qualificações e experiências profissionais.

Na etapa de realização do diagnóstico, a Prefeitura de Buriti de Goiás deverá disponibilizar informações a respeito de suas atividades, de todos seus elementos e locais integrantes dos sistemas localizados no município, zona urbana e rural. Ainda, junto à Prefeitura deve ser feito um mapeamento preliminar e questionamento sobre os problemas existentes e melhorias que devem ser feitas em cada um dos sistemas.



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A prefeitura também detém de informações sobre a gestão e gerenciamento da água e esgoto no município, os quais deverão ser disponibilizados. Anterior à etapa do Produto 2 e 3, a Fibonacci encaminhará questionário e solicitação de documentações necessárias para a elaboração do diagnóstico.

Todas as informações a serem coletadas sobre a situação atual do saneamento básico do município terá envolvimento de representante da Fibonacci Engenharia e representantes da prefeitura municipal de Buriti de Goiás – GO.

Com a posse dos dados referentes à situação dos sistemas de saneamento do município, pode ser redigido o Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico, que corresponde a investigação completa do setor de saneamento no enfoque técnico, paralelamente ao diagnóstico participativo com levantamento das percepções sociais sobre o setor de saneamento.

Concluindo, para o relatório final do diagnóstico da Situação do Saneamento Básico, a equipe técnica da Fibonacci Engenharia realizará um levantamento integrado sobre legislação, capacidade institucional existente, estudos e projetos existentes, situação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

### **3.3 Produto 03 – Prospectiva e Planejamento Estratégico e Plano de Execução**

Após a elaboração do diagnóstico é necessário ordenar as informações obtidas a fim de possibilitar discussões críticas diante do cenário observado. De posse das informações ordenadas, faz-se possível uma melhor identificação de problemas mais significativos na comunidade, permitindo a elaboração de planos para enfrentamento. Nesse sentido está inserido o prognóstico, que contém uma avaliação crítica dos cenários observados.

Assim, o conteúdo do prognóstico contemplará:

- **Cenários, objetivos e metas**

Neste processo deverão ser consideradas as informações técnicas e participativas consolidadas na etapa de diagnóstico como referência de cenário atual e como direcionadoras dos avanços necessários para a prospectiva de cenário futuro. Deverá considerar objetivos abrangentes para o saneamento básico voltados para a melhoria das condições de cada eixo do setor e da saúde pública, sendo primordial a identificação e sistematização das principais expectativas manifestadas pela população a respeito dos cenários futuros a serem construídos.



### • **Projeção de demandas e perspectivas técnicas**

Serão utilizadas metodologias de projeções demográficas somadas aos elementos previstos em planejamentos e políticas públicas municipais, regionais, estaduais e federais para qualquer setor que influencie a demanda ao saneamento. Serão previstas alternativas de gestão e de soluções técnicas de engenharia executáveis que atendam às exigências e características de cada eixo do saneamento básico para toda área do município.

A finalidade dos Prognósticos é estabelecer e descrever estratégias de atuação, procurando promover a melhoria das condições dos serviços de saneamento do município de Buriti de Goiás – GO. Nesse documento é possível apresentar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças obtidas no diagnóstico através da análise SWOT.

Com isso, torna-se possível a elaboração da definição e projeção da população residente no município visando atender o período de execução do PMSB de 20 anos, além de especificar objetivos, agentes, prioridades e metas. O relatório prevê ainda as consequências, estratégias e táticas para o desenvolvimento adequado do setor de saneamento básico no município.

A projeção de demandas e perspectivas técnicas são divididas e apresentadas por setor de saneamento, contemplando as necessidades do cenário atual e elaborando uma projeção para o ano final do plano. Para alcançar tal objetivo, compatibiliza a realidade do município, os anseios da população e o recurso financeiro disponível para o estabelecimento de metas e propriedades.

O Plano de Execução compreende as estratégias e os caminhos adotados para a execução dos programas, projetos e ações, buscando atingir os resultados esperados, visando assim à promoção do saneamento básico em todo o município.

Este produto demonstra o cronograma físico e financeiro das estimativas de custo para cada ação proposta no Relatório de Programas, Projetos e Ações, visando o atendimento das metas estabelecidas no Relatório de Prospectiva e Planejamento Estratégico.

Cada programa, projeto e ação foi desmembrado estimando-se os custos, bem como as principais fontes de recursos que poderão ser utilizadas para a implantação dos mesmos. Os custos apresentados neste relatório serão estimados de acordo com o encontrado em licitações com objeto similar no mercado nacional, índices fornecidos por órgãos oficiais, além de outras fontes de informações e cotações que serviram de base para a construção dos valores.



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Os valores estimados dos programas, projetos e ações devem ser corrigidos ao longo do tempo, levando em consideração os índices oficiais de inflação fornecidos pelo governo federal.

Os programas, projetos e ações que não apresentam orçamento ou estimativa para sua execução são aqueles que apresentam elementos imensuráveis, visto que a Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás – GO pode aproveitar as sinergias existentes e realizar as ações necessárias.

O principal objetivo da inclusão de um plano de execução no PMSB é ser um referencial para a obtenção de recursos para o desenvolvimento e aplicação das ações e programas desenvolvidos durante todo o andamento do PMSB, e ainda ser instrumento para:

- Planejamento e avaliação da prestação dos serviços;
- Para a utilização de tecnologias apropriadas;
- Para a obtenção de recursos, não onerosos e onerosos; e
- Definição de política tarifária e outros preços públicos condizentes com a capacidade de pagamento dos diferentes usuários dos serviços.

### **3.4 Produto 04 - Programas, Projetos e Ações para Emergências e Contingências e Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática e Controle Social do PMSB (Indicadores de Desempenho)**

Após a elaboração e finalização do Produto 3, inicia-se o desenvolvimento do Produto 4, referente aos Programas, Projetos e Ações e Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática e Controle Social do PMSB. Conforme é estabelecido pelo termo de referência da Funasa, o Produto 4 tem como finalidade traçar os programas, os projetos e as ações necessárias e indispensáveis para a execução dos objetivos e metas determinados na etapa de projeção de soluções futuras para o desenvolvimento das práticas corretas de saneamento básico para o município de Buriti de Goiás – GO.

No âmbito do Produto 04 do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), serão desenvolvidas ações imediatas para resposta rápida a emergências, minimizando danos e restabelecendo serviços essenciais; ações prioritárias, que envolvem medidas urgentes para prevenir a escalada de crises, como a implementação de sistemas de monitoramento e a criação de protocolos de resposta coordenada; a programação das ações do PMSB, detalhando atividades, responsabilidades, recursos e prazos necessários para alcançar os objetivos do plano; um cronograma de implantação que estabelece prazos específicos e marcos intermediários para





## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

monitorar o progresso e permitir ajustes; e mecanismos para a avaliação sistemática da eficácia, eficiência e efetividade das ações programadas, utilizando indicadores de desempenho, auditorias periódicas e sistemas de feedback para garantir a melhoria contínua e a sustentabilidade dos serviços de saneamento.

Os Programas, Projetos e Ações contemplam, de acordo com o grau de prioridade, a elaboração de ações que resultem na concretização da universalização e melhorias operacionais dos serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, do sistema de drenagem e do manejo dos resíduos sólidos de Buriti de Goiás – GO. A implantação das operações para o desenvolvimento efetivo e de excelência de todos os eixos temáticos supracitados estarão alinhados com as diretrizes da lei nº 11.445/2007 que trata da ordenação e regulação da atuação dos prestadores dos serviços de saneamento básico.

No Produto 4 deve ser apresentado, primeiramente, o cenário base, determinado a partir dos cenários desenvolvidos no Produto 3. Através das análises dos objetivos do cenário base serão elaborados programas específicos para cada um dos eixos do Sistema de Saneamento Básico (Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário, Sistema de Drenagem e Sistema de Manejo dos Resíduos Sólidos).

Durante a elaboração dos programas devem ser apresentadas medidas e ações que devem ser adotadas no município de Buriti de Goiás – GO, possibilitando que o município obtenha um desenvolvimento adequado no setor de saneamento básico. A partir das necessidades de saneamento do município, devem ser organizadas hierarquizações das medidas a serem implantadas, conforme modelo formulado pela Funasa. Sendo os principais conteúdos:

- a) Ações imediatas;
- b) Ações prioritárias;
- c) Programação das ações do PMSB;
- d) Cronograma de implantação das ações estabelecidas para o PMSB;
- e) Mecanismos para a avaliação sistemática da eficácia, eficiência e efetividade das ações programadas.

O Produto 04 ainda é dedicado à implementação de mecanismos e procedimentos fundamentais para a avaliação contínua da eficiência, eficácia e efetividade das ações planejadas e executadas no âmbito do saneamento básico municipal. Este componente crucial do PMSB visa não apenas monitorar o progresso e os resultados alcançados, mas também garantir a melhoria contínua dos serviços prestados à população. A avaliação sistemática



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

permite identificar pontos fortes e áreas de melhoria, ajustar estratégias conforme necessário e assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz. Neste contexto, são estabelecidos indicadores de desempenho, métodos de coleta de dados, análises periódicas e mecanismos de feedback, promovendo uma gestão transparente e responsável do saneamento básico municipal. As diretrizes a serem observadas são:

- a) Propostas de arranjos institucionais e gerenciais;
- b) Indicadores de interesse para acompanhamento das metas;
- c) Critérios para avaliação dos resultados do PMSB e suas ações;
- d) Estruturação local da fiscalização e da regulação no âmbito da Política de Saneamento Básico, bem como para acompanhamento das ações do PMSB.

### 3.5 Produto 05 – Ações para Emergências e Contingências

O Produto 05 do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é essencial para a preparação e resposta eficiente a emergências e contingências no setor de saneamento. Este produto se concentra em ações específicas para atender demandas temporárias, operar em situações críticas e planejar planos de riscos para garantir a segurança da água.

O município deve prever no plano as ações para lidar com eventuais emergências ou contingências que possam interromper a prestação de serviços. Entende-se como emergencial o acontecimento perigoso, que leva a uma situação crítica, incidental ou urgente. A contingência, por sua vez, é aquilo que pode ou não suceder, a incerteza, a eventualidade.

Essas ações, por exemplo, poderão apontar alternativas para abastecer a população com água potável no caso de paralisação do serviço. Esse tipo de evento pode ocorrer quando há inundação excepcional, que interrompa a captação de água bruta em um manancial superficial, ou inundação da própria estação de tratamento, por exemplo.

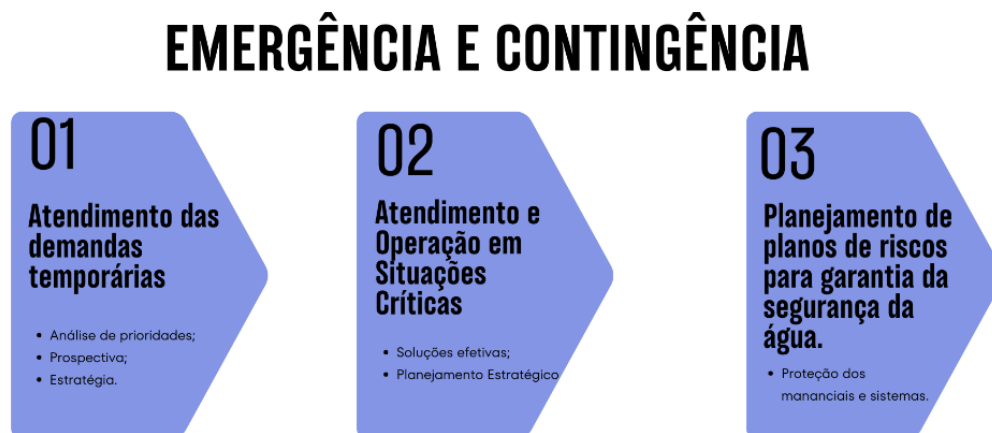
A existência de um plano para lidar com possíveis situações de emergência ou contingência que venham a surgir diminui consideravelmente o tempo de resposta às crises, garantindo mais segurança à população. Daí a importância de dedicar atenção a este plano, fazendo uma lista das possíveis situações e traçando para cada uma delas as ações que devem ser postas em prática e a rede de ajuda que se deve acionar. Os componentes principais são:

- a) Atendimento de demandas temporárias;



- b) Atendimento e operação em situações críticas;
- c) Planejamento de planos de riscos para garantia da segurança da água.

FIGURA 1: COMPONENTES DO PRODUTO 5.



Fonte: Fibonacci, 2025.

### 3.6 Produto 06 – Sistema de Informações

É de fundamental importância a utilização dos meios de comunicação disponíveis, dando ênfase para a “educomunicação” como ferramenta de sensibilização e organização da comunidade, com a finalidade de contar com sua participação na concepção do plano de intervenção e direcionamento dos trabalhos que estão em andamento ou que ainda serão colocados em prática, além de que este método de “educomunicação” terá papel preponderante na disseminação das informações do PMSB e sua revisão.

Para tanto, dá-se como proposta a veiculação de propagandas e informações no site oficial e redes sociais da prefeitura, e uso de carro de som na zona urbana, de forma a orientar à população de sua responsabilidade em manter as condições de salubridade ambiental na comunidade, sendo como agente direto, em atividades individuais, ou então com reivindicações diante do poder público, quanto ao emprego dos planos e programas determinados pela legislação vigente, bem como a divulgação das ações previstas no Plano.

O conjunto de informações terá sua criação e desenvolvimento pela Fibonacci Engenharia, junto ao Município através do apoio dos comitês, com a finalidade de ser revisado



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

com os dados colhidos durante seu desenvolvimento. O sistema de informações sugerido estará harmonizado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SINISA, criado pelo art. 53 da Lei nº 11445/2007.

Baseado nestas normas, será criado, no período de revisão do PMSB, um programa de informação WEB que intenciona tornar mais fácil a participação e o controle da sociedade diante das etapas de execução do PMSB.

O programa será constituído por um servidor WEB sob o domínio da Prefeitura Municipal ou por um indicado por ela. O programa, construído em linguagem simplificada, deve possuir atributos para consulta pública, bem como ter uma interface de alimentação de dados detectados do sistema de saneamento básico da comunidade, devendo também conter todos os produtos elaborados durante a etapa de revisão do PMSB.

### **3.7 Produto 07 – Minuta de Lei**

O Plano Municipal de Saneamento Básico é parte integrante do conjunto de políticas públicas de saneamento básico de Buriti Alegre e assim, seu conhecimento e sua efetividade na execução está diretamente relacionada ao direcionamento político do município em relação à saúde, qualidade de vida, inclusão social e proteção ambiental.

Devido a esse direcionamento político, o PMSB deve ser acompanhado através do controle social, e validado através da criação de uma Lei Municipal que institua a execução deste PMSB. E, este documento se refere a minuta deste projeto de Lei, um instrumento legal do município para o alcance da política de saneamento básico.

Dessa forma, a minuta de Lei do PMSB, após avaliação e aprovação é a forma de validação do PMSB, de forma que as informações como objetivos, metas, programas, projetos e ações contidas no Plano se tornem diretrizes municipais para efetivar a universalização do saneamento básico municipal.

Após a aprovação desta minuta deverá ser elaborada a Política Municipal de Saneamento Básico, essa política será mais um pilar para a concretização das ações e resoluções necessárias para o desenvolvimento municipal quanto ao saneamento básico.



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

### **3.8 Produto 08 - Audiência Pública e Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico**

O Relatório Final se trata da elaboração de dois diferentes tipos de documentos: o Resumo Executivo e o Relatório Integral. Todos estes documentos deverão ser revistos a cada quatro anos, ou antecipadamente, mediante alguma necessidade de alteração do diagnóstico, do prognóstico incluindo as ações, programas e projetos, ou ainda, alteração e atualização de valores do Plano de Investimentos.

O Resumo Executivo refere-se às informações resumidas e consolidadas de todas as etapas e produtos desenvolvidos, facilitando a execução das ações pelos tomadores de decisão. Para isso, nele são dispostas diversas informações de suma importância como: a análise SWOT; os objetivos e metas (para maximizar as forças e oportunidades, e minimizar ou erradicar as fraquezas e ameaças dos quatro eixos do saneamento básico); os programas, projetos e ações para a universalização do saneamento básico; e os custos e as responsabilidades para a execução de cada uma das ações previstas.

O Relatório Integral contempla todos os produtos elaborados, como forma de integrar o Estado e o município, na promoção do saneamento nas áreas urbana e rural do município. Este documento retrata a situação atual do município, nos aspectos socioeconômicos, uso e ocupação do solo e infraestrutura das duas vertentes do saneamento (água e esgoto), para a ampliação ou implantação de programas e projetos no horizonte de planejamento, 20 anos, compatível com a execução do PMSB.

Ao final dos trabalhos, a Fibonacci Engenharia agendará reunião com a equipe técnica da prefeitura, responsável pelo acompanhamento e monitoramento do PMSB, com vistas à apresentação geral da minuta de lei.

O PMSB depois de elaborado, aprovado e sancionado em lei municipal deve ser implantado pelo órgão do município responsável pela execução da política municipal de saneamento básico e revisado a cada quatro anos.

O Relatório Final deve contemplar todas as etapas e produtos desenvolvidos durante o trabalho. Deverão ser entregues:

- a) Relatório síntese do PMSB para distribuição aos participantes representantes de entidades não pertencentes à administração pública;
- b) Audiência pública para apreciação do PMSB (deve incluir análise das propostas apresentadas pela sociedade civil para incorporação ou não ao texto do PMSB);





## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

---



- c) Minuta do PMSB, para a apreciação da contratante;

Na tabela 1 abaixo, é possível verificar o cronograma das atividades.



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

**TABELA 1 - CRONOGRAMA PARA A EXECUÇÃO DO PMSB DE BURITI DE GOIÁS.**

PRODUTOS	MESES			
	AGO/25	SET/25	OUT/25	NOV/25
Plano de Trabalho e Mobilização Social				
Audiência Inicial				
Diagnóstico Técnico Participativo				
Prospectiva, Planejamento Estratégico e Plano de Execução				
Programas, Projetos e Ações e Mecanismos e Procedimentos para Avaliação				
Ações para Emergências e Contingências				
Sistema de Informações				
Audiência Pública e Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico				

Fonte: Fibonacci, 2025.



## 4 PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

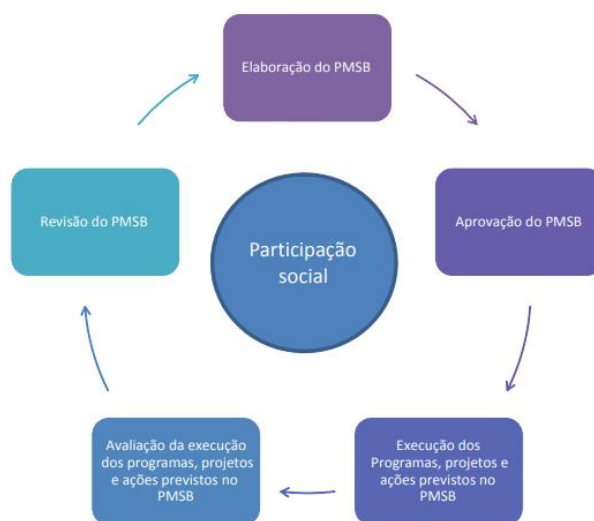
### 4.1 Princípios Norteadores

A mobilização social consiste em um processo permanente de promoção do envolvimento de pessoas por meio do fornecimento de informações e constituição de espaços de participação e diálogo relacionados ao que se pretende promover, que, neste caso, é a elaboração do PMSB.

A mobilização social é utilizada como estratégia de apoio e estímulo à participação na gestão e no controle do território, resultando no comprometimento dos atores envolvidos, ou seja, quem participa possui melhores condições de contribuir e reivindicar em favor do município. Deve basear-se em um constante fluxo de comunicação entre os grupos sociais, em uma rede de apoio e colaboração que estimula a adoção de parcerias e fortalece os laços de confiança.

O Plano de Mobilização Social é o documento técnico-gerencial que detalha todo o processo de planejamento das ações que serão realizadas no município definindo seus objetivos, metas e escopo da mobilização, além do cronograma e das principais atividades desenvolvidas durante a elaboração do plano envolvendo a participação representativa dos segmentos sociais, interessados em partilhar um planejamento de futuro coletivo na área do saneamento básico.

Na imagem abaixo, é possível observar as etapas a serem consideradas para o planejamento do setor de saneamento, de acordo com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), no termo de referência para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.



Fonte: FUNASA, 2012.

## **4.2 Contexto Socioeconômico do Município de Buriti de Goiás**

### **4.2.1 Dados Históricos**

O município de Buriti de Goiás teve origem a partir de uma propriedade adquirida pelos senhores Joaquim Costa e Ramilo Ramos, que doaram pequenos lotes de terra para a construção das primeiras edificações da comunidade. Um dos moradores, o senhor José Onofre Ferreira, movido por um forte espírito de religiosidade e liderança, mandou confeccionar um cruzeiro, que foi erguido em 31 de agosto de 1949, em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. Esse ato marcou simbolicamente a fundação do povoado que viria a ser conhecido como Buriti de Goiás, também chamado carinhosamente de “Buritizinho”.

A primeira missa foi celebrada aos pés do cruzeiro pelo padre José Maria, vindo da cidade de Goiás. As festividades de fundação foram encerradas com uma partida de futebol entre a comitiva do padre e os primeiros moradores do povoado, com vitória da equipe de Goiás.

O nome "Buriti" foi inspirado na paisagem local, especialmente nos belos buritizais que se destacavam ao longo de uma vereda existente na antiga estrada que ligava os municípios de Sanclerlândia e Córrego do Ouro.

O distrito de Buriti foi criado pela Lei Municipal nº 119, de 2 de dezembro de 1962, sendo subordinado ao município de Mossâmedes. Na divisão territorial de 31 de dezembro de 1963, o distrito já constava oficialmente como parte do município.



Posteriormente, pela Lei Municipal nº 173, de 11 de fevereiro de 1966, o distrito passou a se chamar Campo das Perdizes, denominação que se manteve nas divisões territoriais de 1968 e 1983.

A elevação à categoria de município ocorreu por meio da Lei Estadual nº 11.702, de 29 de abril de 1992, desmembrando-se de Mossâmedes. A sede do novo município foi estabelecida no então distrito de Campo das Perdizes, que retomou o nome de Buriti de Goiás. A instalação oficial do município se deu em 1º de janeiro de 1993.

Desde então, conforme registros das divisões territoriais de 2003 e 2018, Buriti de Goiás segue constituído por um único distrito: sua sede.

#### **4.2.2 Panorama Geral do Município de Buriti de Goiás**

Buriti de Goiás é um município localizado na região Centro-Oeste do Brasil, pertencente ao estado de Goiás. Segundo o Censo de 2022, sua população era de 2.732 habitantes, com uma estimativa de 2.789 pessoas em 2024. A densidade demográfica registrada em 2022 foi de 13,49 habitantes por quilômetro quadrado, considerando uma área territorial de 202,576 km².

A economia local tem como base principal as transferências correntes, que representaram 88,54% das receitas correntes brutas realizadas em 2024, totalizando R\$ 45.080.969,02 em receitas brutas. As despesas brutas empenhadas no mesmo ano somaram R\$ 36.705.945,14. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita, em dados de 2021, foi de R\$ 23.098,87. Já o salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2022, era equivalente a 1,4 salários mínimos. O número total de pessoas ocupadas era de 586, representando 21,45% da população. Ainda de acordo com o Censo de 2010, 30% da população vivia com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo.

Na área da educação, Buriti de Goiás apresenta bons indicadores. Em 2022, a taxa de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos era de 98,71%. Em 2023, o município alcançou um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 7,3 nos anos iniciais do ensino fundamental e 6,0 nos anos finais, ambos na rede pública. Em 2024, foram registradas 332 matrículas no ensino fundamental e 79 no ensino médio. A rede de ensino conta com 23 docentes no ensino fundamental e 7 no ensino médio, distribuídos em 2 escolas de ensino fundamental e 1 de ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), calculado com base no Censo de 2010, foi de 0,687, classificando o município em um patamar de desenvolvimento





humano médio. No que diz respeito à organização territorial e à hierarquia urbana, Buriti de Goiás é classificado como um centro local (nível 5), integrando a região imediata de São Luís de Montes Belos, dentro da região intermediária de São Luís de Montes Belos – Iporá. Em 2018, sua região de influência foi registrada como parte do Arranjo Populacional de Goiânia. Além disso, segundo dados de 2022, o município pertence à mesorregião do Centro Goiano e à microrregião de Anicuns.

**FIGURA 3: MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE - GO.**



**Fonte: Prefeitura Municipal, 2025.**

#### **4.2.1 Dados Preliminares do Saneamento Básico em Buriti de Goiás**

No município de Buriti de Goiás, o serviço de abastecimento de água atende 62,09% da população total. Quando se observa apenas a população urbana, o índice de cobertura é significativamente mais alto, alcançando 91,60%. Por outro lado, a população rural ainda não conta com atendimento por meio de rede de abastecimento de água, apresentando cobertura de 0,00%. Considerando os domicílios como unidade de análise, 87,07% das residências no município são atendidas por rede de abastecimento de água.

No que se refere ao esgotamento sanitário, o município de Buriti de Goiás não participou da coleta de dados relativos ao atendimento por rede coletora de esgoto, tanto em relação à população total quanto à urbana e rural. Da mesma forma, os dados sobre atendimento dos domicílios — urbanos, rurais ou totais — também não foram informados, impossibilitando uma análise detalhada da cobertura formal desse serviço. Ambos os serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, são prestados pela SANEAGO S/A.



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Em relação ao manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU), a cobertura da coleta de resíduos atinge 67,78% da população total, sendo 100% de cobertura na área urbana e nenhuma cobertura na área rural (0,00%). Apesar disso, o município não possui coleta seletiva implantada, tanto na zona urbana quanto na rural, com índice de cobertura de 0,00% para ambas.

Quanto à geração de resíduos, a massa média de resíduos sólidos urbanos gerados é de 1,25 kg por habitante ao dia, enquanto a massa média de resíduos domiciliares orgânicos (RDO) chega a 1,41 kg/hab.dia. Além disso, a massa média de resíduos oriundos da limpeza urbana é de 0,44 kg/hab.dia, indicando a necessidade de políticas específicas para o manejo e destinação adequada desses materiais.

No aspecto urbanístico, apenas 0,59% da área territorial do município é urbanizada, revelando um perfil territorial predominantemente rural. Por outro lado, a infraestrutura viária das áreas urbanas é bem consolidada, com 99,74% das vias urbanas já implantadas, o que demonstra um bom nível de estruturação nos núcleos urbanos existentes.

## 5 PROPÓSITO DA MOBILIZAÇÃO

### 5.1 Objetivo Geral

Promover e garantir a participação da população na elaboração Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, estabelecendo estratégias de inclusão da sociedade, entidades e instituições sociais na discussão e elaboração do referido Plano.

### 5.2 Objetivos Específicos

- Desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do Plano Municipal de Saneamento Básico e da necessidade da sua participação no processo de elaboração.
- Divulgar o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PMSB;
- Estimular todos os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento dos serviços de saneamento básico;
- Envolver a população na discussão das potencialidades e na problemática da salubridade e saneamento ambiental e suas implicações;



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

- Estimular a criação e a perenização de grupos representativos da sociedade para discutir o assunto saneamento, após a elaboração do PMSB;
- Mobilizar todos os setores da sociedade no município de Buriti de Goiás – GO, para discussão e decisão sobre as melhores ações que devem contemplar o Plano de Saneamento Básico;
- Assegurar a participação de todos os segmentos representativos da sociedade, com o objetivo de elaborar o PMSB a partir das reais necessidades do município, identificando de forma efetiva os atores sociais.

### 5.3 Atores Sociais

Como o PMSB atinge a totalidade da região territorial do Município de Buriti de Goiás, contemplando as zonas urbanas e rurais (adensadas ou dispersas), além de levar em consideração as diretrizes incluídas em planos diretores e leis de uso e ocupação do solo, será necessário inserir todos os grupos com importância para a gestão dos serviços de saneamento básico no Município.

Identificando os principais atores sociais do município, estima-se o envolvimento dos atores sociais referidos abaixo:

- Secretaria de Administração;
- Secretaria de Finanças / Departamento de Arrecadação;
- Secretaria de Saúde;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria de Assistência Social;
- Secretaria de Transportes, Estradas e Rodagens;
- Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
- Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo.

## 6 PLANO DE AÇÃO

Desenvolver um trabalho de articulação, no sentido de identificar as demandas necessárias do município na questão do saneamento básico e, em seguida sistematizar as necessidades, hierarquizando as prioridades e os recursos que possibilitem as efetividades do plano. Em suma:

- Identificar as organizações sociais dos diversos segmentos atuantes no município;



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

---

- Contatar instituições;
- Realizar reuniões técnicas e dinâmicas participativas para estimular os participantes;
- Identificar e avaliar o sistema de comunicação local e sua capacidade de difusão das informações e mobilização sobre o Plano;
- Disseminar o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos preliminares, os serviços prestados e sua avaliação, o processo e os eventos previstos e as propostas;
- Disponibilizar as informações necessárias à participação da sociedade nos processos decisórios do PMSB;
- Ampliar a discussão sobre aspectos relacionados ao saneamento básico; •
- Promover a interação e o comprometimento da comunidade no processo de revisão do Plano;
- Estimular o diálogo considerando a tradução do saber técnico e saber popular por meio de reuniões;
- Coletar subsídios para a revisão do PMSB;
- Listar as prioridades de atendimento aos serviços de saneamento básico, apontadas pelos delegados escolhidos;
- Verificar se as informações fornecidas pelos líderes comunitários coincidem com os anseios da população da área de abrangência;
- Obter o parecer da população interessada diretamente na revisão do Plano, garantindo que suas opiniões e necessidades estejam contempladas no PMSB;

A Lei Federal n.º 11.445/2007 leva a assegurar que o planejamento seja, de fato, um instrumento de gestão pública que, em conjunto com a regulação, fiscalização e controle social, venha a proporcionar, de maneira articulada, as demais políticas públicas, levando aos serviços de saneamento uma maior universalização, integralidade, transparência, sustentabilidade e eficiência.

A ação adotada será a partir de eventos de mobilização social em diversos formatos como através de convites, mensagens veiculadas em carros de som, possibilidade de aplicação de questionários online e questionários impressos em áreas rurais sem acesso à internet, bem como divulgação dos trabalhos, realização de seminários e audiências, com debates e coleta de dados sobre a atual realidade do município.



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Nos eventos a comunidade será estimulada a identificar questões que tenham prioridade no cenário atual do município, no que tange ao saneamento básico. Tais eventos serão apresentados na forma de seminários, oficinas e reuniões, e questionários amplamente divulgados por carro de som, sites dos atores sociais e demais mídias eletrônicas e convites impressos.

## 7 UNIVERSO DO PLANO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) abrange a totalidade da população residente no município de Buriti de Goiás – GO com uma vigência de 20 anos. Recomenda-se que haja uma revisão a cada quatro anos, além do acompanhamento através do plano plurianual para monitoramento das atividades do PMSB. A seguir, serão detalhadas informações sobre a população e o local onde serão desenvolvidas as ações do Plano de Mobilização Social.

### 7.1 Público-Alvo

O Plano de Mobilização Social deve visar um público amplo e diverso, reconhecendo a importância da participação social em todas as etapas do processo de elaboração e implementação do PMSB. Essa abrangência garante que os diferentes segmentos da sociedade tenham voz e sejam ouvidos, contribuindo para um plano mais representativo e aderente às necessidades reais da comunidade.

As atividades de mobilização social se iniciam após a formação dos Grupos de Trabalho (Comitês de Coordenação e Execução) e realização do Plano de Trabalho, garantindo a participação da sociedade e promovendo o controle social na elaboração do PMSB.

Serão adotadas duas formas para a participação da sociedade, sendo elas a direta e indireta. São estas duas formas:

- Direta: audiência inicial em que a população se sinta à vontade para expressar suas opiniões individuais ou coletivas. Estas ações podem ser realizadas por meio de *live* interativa devidamente estruturada ao ambiente virtual, ou de forma presencial.
- Indireta: pesquisa em grupos de interesse, como associações e grupos religiosos, na zona rural (distritos e comunidades), através do apoio da secretaria de educação e vigilância sanitária municipal que atua nessas localidades, ou



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

questionários ambientados na forma virtual (*online*), divulgados nas redes sociais e site da prefeitura.

## 8 FASE INICIAL DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

### 8.1 Comitês de Coordenação e Execução

Para iniciar a elaboração do plano, conforme foi estabelecido pelo Termo de Referência (TR), parte integrante do edital de licitação do município de Buriti de Goiás, foi necessária a constituição dos **Comitês de Coordenação e Executivo**.

Desta forma, segundo o TR, o **Comitê de Coordenação** é a instância consultiva e deliberativa, responsável pela coordenação, condução e acompanhamento da revisão do Plano, constituída por representantes das instituições públicas e civis relacionadas ao saneamento básico, bem como por representantes dos Conselhos Municipais, da Câmara dos Vereadores e do Ministério Público e de organizações da Sociedade Civil (entidades profissionais, empresariais, movimentos sociais e ONGs, outros).

As atribuições do **Comitê de Coordenação** são: coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo; e criticar, sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos da viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, devendo reunir-se com frequência definida de acordo com a necessidade.

O **Comitê Executivo** é a instância responsável pela operacionalização do processo de revisão do Plano. Esse comitê possui composição multidisciplinar e inclui técnicos dos órgãos e entidades municipais e dos prestadores de serviço da área de saneamento básico e de áreas afins ao tema.

As atribuições do **Comitê Executivo** são: executar as atividades previstas nas etapas de revisão do plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-os à avaliação do comitê de coordenação; e observar os prazos indicados no cronograma de execução.

### 8.2 Reunião Técnica (via Google Meet)

Propõe-se a realização de reuniões técnicas, assim as reuniões serão no formato online (live interativa), através da plataforma Google Meet ou similares, com a presença dos Comitês de Coordenação e Execução. Para esta reunião, ainda contará com a presença de órgãos da





## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

administração pública municipal de concessionários e prestadores de serviços públicos de saneamento básico, bem como os representantes do conselho de meio ambiente, comitê de bacias hidrográficas.

Esta reunião terá como objetivo a apresentação dos membros componentes de cada Comitê e técnicos da consultoria que irão participar do desenvolvimento dos trabalhos; será apresentado pela Consultoria como será realizado a Mobilização Social, o que é Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), também o que é o Plano de Mobilização Social, será discutido os pontos a serem levantados pelos membros dos Comitês e acatamento das sugestões pertinentes, quando válidas; e identificação dos recursos humanos da administração municipal que possam servir de facilitadores para o desenvolvimento da Mobilização Social no município.

Além disso, as reuniões (online) serão utilizadas para promover debates entre os técnicos dos diversos departamentos municipais e também com técnicos das esferas estadual e federal, para apresentação dos resultados dos trabalhos e produtos no final de cada etapa de revisão/elaboração dos planos e quando houver necessidade.

## 9 METODOLOGIA E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Devido à natureza do trabalho, que envolve o contato direto com comunidades e grupos organizados, toda metodologia a ser seguida buscará ser mediada pelo respeito à cultura local, pela delicadeza no trato social e percepção das subjetividades e interpretações sociais.

Em virtude destes processos norteadores, a metodologia será flexível o bastante para contemplar esses aspectos em cada contexto encontrado. Assim sendo, pretende-se desenvolver o trabalho partindo-se dos seguintes procedimentos: inicialmente estabelecer contato com os representantes do município e de suas comunidades, a fim de aprofundar o entendimento das questões e demandas mais relevantes. A partir dessas definições conjuntas, serão estabelecidos níveis de atuação diferenciados de acordo com os interesses de cada setor de mobilização.

As atividades desenvolvidas durante a elaboração do PMSB serão pautadas na troca de informações, tendo como foco a mobilização social e organização comunitária, sob a perspectiva de que essas ações possam contribuir para uma mudança efetiva nas condições de vida dessa população, no que tange às questões relacionadas ao saneamento básico.

Nos itens subsequentes serão descritas as atividades previstas.



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

### 9.1 Audiência Inicial

Na audiência inicial será desenvolvida atividades a partir da inserção da equipe técnica na comunidade, onde vai se estabelecer espaços de apresentação e diálogo acerca do processo de construção participativa, um dos principais pilares construtivos do presente documento.

Essa audiência envolve toda a sociedade (população em geral), e os comitês de coordenação e execução. Elas serão realizadas para atender todo o município, tendo como etapas do trabalho:

- Realizar o levantamento e nivelamento de informações, e apresentação do escopo inicial e necessidades da revisão do PMSB;
- Apresentar à população a importância e a necessidade do PMSB, e realizar o levantamento e apresentação das percepções sociais apresentadas no questionário respondido pela população, como forma de compor as informações do diagnóstico técnico participativo do PMSB;
- Apresentar os programas, projetos e ações no que se refere o prognóstico do saneamento básico do município, e a priorização de problemas e desafios a serem enfrentados e solucionados no âmbito da elaboração do PMSB.

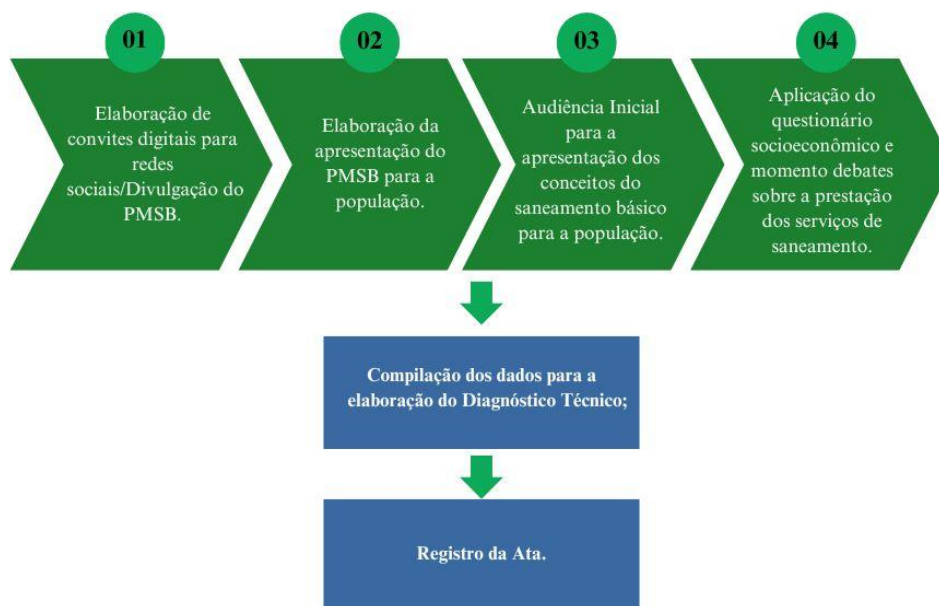
Resumidamente, estes eventos possuem a finalidade de expor informações sobre o saneamento básico municipal e a revisão do PMSB, além de ser um evento para a obtenção de novas informações a respeito do saneamento.

Na imagem abaixo, é possível visualizar o fluxograma da audiência inicial.

**FIGURA 4: FLUXOGRAMA DA AUDIÊNCIA INICIAL.**



## Fluxograma da Audiência Inicial



Fonte: Fibonacci, 2025.

### 9.2 Audiência Pública Final

Atividade que têm por finalidade oficializar a entrega do produto final do Plano Municipal de Saneamento Básico.

A audiência pública final será unificada e presencial, preferencialmente a ser realizada na Câmara de Vereadores, de forma a abranger todos os setores de mobilização. Na oportunidade, a Fibonacci Engenharia fará a apresentação do relatório final do PMSB com o resumo das atividades desenvolvidas ao longo do processo de elaboração do PMSB.

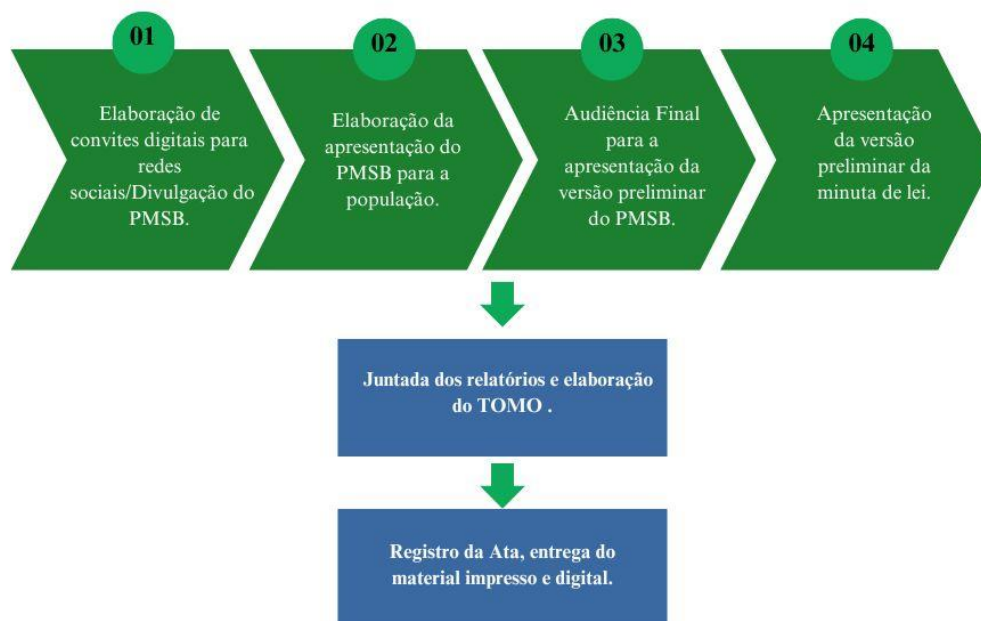
A audiência pública está prevista para ocorrer após a conclusão e aprovação do Serviço 8 - Relatório Final do PMSB, anterior à data do término do contrato.



PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL  
FIGURA 5: FLUXOGRAMA DA AUDIÊNCIA FINAL.



## Fluxograma da Audiência Final



Fonte: Fibonacci, 2025.

### 9.3 Visitas Técnicas

As visitas técnicas do Plano Municipal de Saneamento Básico de Buriti de Goiás – GO serão previamente agendadas por meio do envio de ofícios à Prefeitura Municipal e às entidades responsáveis pelos serviços de saneamento básico, abrangendo os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos. O principal objetivo dessas visitas é realizar o levantamento de dados primários, por meio de observações in loco, registros fotográficos e coleta de documentos relevantes que possam ser incorporados ao plano. Além disso, serão encaminhados questionários técnicos específicos às prestadoras de serviço, com o intuito de reunir informações detalhadas sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas de saneamento existentes no município. A Fibonacci Engenharia, responsável pela elaboração do plano, disponibilizará seu corpo técnico qualificado para a realização das atividades presenciais e online, garantindo a coleta adequada de informações e a efetiva participação dos atores locais no processo de diagnóstico e planejamento.



#### **9.4 Procedimentos Metodológicos**

Todos os eventos aqui mencionados serão realizados tendo como orientação os seguintes procedimentos:

- Apresentação da equipe;
- Destacar o papel da sociedade na construção do PMSB;
- Apresentar os resultados obtidos.

O tempo de duração dos eventos será de, aproximadamente, 90 minutos, sendo 45 minutos de explanação e 45 minutos para a dinâmica participativa (podendo ser ampliado o tempo de participação conforme o interesse dos participantes) para críticas, sugestões e questionamentos.

### **10 INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO**

Tendo como premissa a participação da sociedade e a oportunidade de discussão criada aos cidadãos de Buriti de Goiás – GO para que eles possam discutir aspectos relacionados ao saneamento básico, estão previstos no processo de revisão do PMSB, o uso dos instrumentos de comunicação social. Esses instrumentos têm a finalidade de divulgar e mobilizar a população, em diferentes segmentos, para uma participação eficiente e eficaz na elaboração do PMSB.

A seguir, são detalhadas informações acerca das etapas previstas para o desenvolvimento da atividade de Comunicação Social: Planejamento da Comunicação Social e Produção de Material Informativo.

Na imagem abaixo, é possível visualizar os exemplos de convites digitais, como instrumento de divulgação da audiência inicial, os quais, podem ser alterados e solicitados novas versões a qualquer momento.



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

### FIGURA 6: EXEMPLO DE CONVITE DIGITAL.

**AUDIÊNCIA INICIAL**

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

Essa é uma oportunidade importante para que você **conheça as propostas, tire dúvidas e contribua com ideias** para melhorar a gestão do saneamento básico no seu município.

A sua participação é fundamental para construirmos juntos uma cidade mais **sustentável e consciente!**

  **xx/xx (Terça-feira) às xxh.**

 **Câmara Municipal de Buriti de Goiás**

**PARTICIPE!**

Fonte: Fibonacci, 2025.

### FIGURA 7: EXEMPLO DE CONVITE DIGITAL.



Fonte: Fibonacci, 2025.





## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

No processo de mobilização social, mais do que sensibilizar as pessoas para a importância de planejar e elaborar o saneamento básico municipal, é preciso mostrar que todos podem e devem contribuir na revisão do PMSB.

Para a convocação das pessoas deve-se em primeiro momento planejar as atividades de comunicação social de forma a evitar o risco de um efeito contrário. De modo geral, a tendência dos indivíduos é de se afastar quando não conseguem compreender sua função e os propósitos da ação. Para tanto é necessário estabelecer reuniões *online* de planejamento entre a equipe responsável pelo PMSB para delinear e responder as diversas questões que irão surgir.

Após a fase de planejamento da comunicação, incluindo o levantamento dos veículos de comunicação, público-alvo e conteúdo a serem trabalhados, é iniciada a etapa de produção de material informativo. Em termos de projeto gráfico e linha editorial, deverá ser dada a preferência pela produção de materiais com textos sintéticos e mais objetivos que ajudam na compreensão do conteúdo, tais como os questionários.

A seguir são apresentados os instrumentos básicos que poderão ser utilizados nas atividades de comunicação social no município de Buriti de Goiás – GO.

As duas reuniões realizadas no processo de elaboração do PMSB deverão ter ampla divulgação por meio de carro de som e mídias (divulgando os eventos comunitários). O carro de som percorrerá toda a zona urbana, informando a população sobre a audiência pública inicial e final.

Os convites digitais são instrumentos de comunicação digital, tendo como objetivo a divulgação em mídias, grupos digitais e e-mails. Será produzido um convite virtual de cada evento, contendo dados sobre data, horário e local, e resumo do que será discutido e apresentado. É também um instrumento de comunicação, tendo como objetivo a divulgação em locais mais remotos, tais como os povoados e assentamentos. A equipe da Fibonacci Engenharia fará a arte e a prefeitura deverá divulga-los à Câmara de Vereadores, Autoridades Competentes e à Secretaria Municipal de Educação, para que esta encaminhe para as escolas. Os convites digitais poderão ser disponibilizados às comunidades religiosas, secretarias de educação para grupos de professores e diretores, assim como pode ser veiculado nas mídias para chamamento da sociedade e das autoridades locais.



## 11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Pública de Saneamento Básico deve ser executada de forma integrada de acordo com seus quatro componentes, pois sendo o saneamento um direito social, fundamental à manutenção da vida, saúde, cidade e um meio ambiente equilibrado, direitos estes que devem ser aproveitados mediante controle social e total clareza.

O diagnóstico técnico-participativo leva a comunidade a verificar sobre suas necessidades e recursos disponíveis, levando a promover ações que, de fato, tragam um desenvolvimento sustentável no âmbito do saneamento básico municipal. Todos os registros como material fotográfico, relatórios, propagandas e atas dos eventos participativos realizados deverão estar contidos no PMSB.

Estima-se que, ao executar este planejamento a comunidade alcance novos valores e note os riscos devido à ausência de saneamento, diante de práticas incompatíveis com a realidade, formando novos hábitos, atitudes e competências direcionadas à conservação do meio ambiente e melhorias da saúde pública. Além disso, é esperado que, após a conclusão e execução dos programas, projetos e ações sugeridos no PMSB, a população possua acesso a todos os serviços de saneamento básico, podendo desfrutar de uma melhor qualidade de vida, em conjunto com a preservação e a conservação ambiental.



## 12 REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 31/07/2025.

BRASIL. **Resolução Recomendada nº 75, de 3 de dezembro de 2009**. Estabelece diretrizes para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 dez. 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/resolucoes-recomendadas/resolucao-75-2009.pdf>. Acesso em: 31/07/2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm). Acesso em: 31/07/2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm). Acesso em: 01/08/2025.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de Janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm). Acesso em: 01/08/2025.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário



## PLANO DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm). Acesso em: 01/08/2025.

**BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.** Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010; revoga dispositivos da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm). Acesso em: 01/08/2025.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE Cidades: Buriti de Goiás - GO: panorama.** Goiás, GO: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/buriti-de-goias/panorama>. Acesso em: 01/08/2025.

**FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE (FUNASA). Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).** 2012. Disponível em: [funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/04/2b\\_TR\\_PMSB\\_V2012.pdf](http://funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/04/2b_TR_PMSB_V2012.pdf). Acesso em: 01/08/2025.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)** 2023. Brasília, DF, Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/>. Acesso em: 01/08/2025.

**MINISTÉRIO DAS CIDADES. Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Brasília, DF, 2020.** Publicação eletrônica. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/204/1/Guia%20de%20elabora%c3%a7%c3%a3o%20-%20Planos%20de%20Saneamento.pdf> . Acesso em: 01/08/2025.

**Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás.** Buriti de Goiás, GO. Disponível em: < <https://buritidegoias.go.gov.br/>> Acesso em: 01/08/2025.